

Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



PARECER

Matéria: Projeto de Lei n. 68/2020

**DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO NO
 CALENDÁRIO ESCOLAR, COMO ATIVIDADE
 EXTRACURRICULAR, DE UMA “OFICINA DE
 PROFISSÕES” PARA ALUNOS DE
 ESCOLAS ESTADUAIS DO ESTADO DO
 AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Autoria: Deputado (a) CABO MACIEL

Relator: Deputado BELARMINO LINS

I – RELATÓRIO

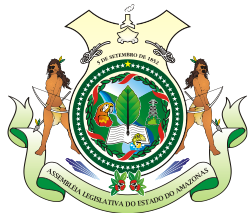
Vem a esta Comissão para exame e parecer de admissibilidade, o Projeto de Lei n. 68/2020, de autoria do Deputado Cabo Maciel, que tem por finalidade dispor sobre a inclusão no calendário escolar, de uma “oficina de profissões” para alunos de escolas estaduais do Estado do Amazonas e dá outras providências

Esta proposição tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Designado Relator, nos termos regimentais, passo a emitir Parecer.

É o Relatório.





Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei do nobre Deputado Cabo Maciel tem como finalidade dispor sobre a inclusão no calendário escolar, de uma “oficina de profissões” para alunos de escolas estaduais do Estado do Amazonas e dá outras providências.

O autor explica em sua justificativa que objetivo do presente Projeto de Lei é esclarecer as dúvidas quanto à escolha do curso profissional pelos alunos do ensino fundamental e médio, antes de seu ingresso nas faculdades e universidades no Estado do Amazonas, vez que é sabido da grande dificuldade dos jovens na escolha do curso e da profissão a ser exercida.

As escolas podem ter papel fundamental nessa hora, orientando seus alunos sobre cada profissão, e quanto ao perfil exigido no mercado de trabalho, ou seja, seu lado bom e ruim, vantagem e desvantagens, e a orientação da "oficina de profissões" sempre deve ocorrer no sentido de não interferir na decisão, pois curso certo é aquele em que o jovem mais se identifica, independente de qual seja.

Do ponto de vista jurídico entendo que o projeto se encontra em harmonia com o texto constitucional tendo em vista o disposto no artigo 24,IX que:

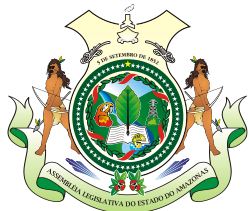
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento E inovação;

Assim sendo, a propositura se encontra em harmonia com a Constituição Federal e Estadual para o seu regular prosseguimento na forma regimental.





Poder Legislativo
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
CCJR



III – VOTO

Pelo exposto, e por não existir óbice constitucional e legal, manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei n. 68/2020.

S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 28 de maio de 2020.

Deputado BELARMINO LINS
Relator





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

ASSINATURAS DIGITAIS

MAURICIO WILKER DE AZEVEDO BARRETO - 575.142.402-68 EM 03/06/2020 09:33:33
PERICLES RODRIGUES DO NASCIMENTO - 587.158.352-00 EM 01/06/2020 13:58:37
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - 005.216.632-53 EM 28/05/2020 10:23:42



Documento 2020.10000.00000.9.012088
Data 28/05/2020



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2020.10000.00000.9.012088

Origem

Unidade: DEP. BELARMINO LINS
Enviado por: BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE
Data: 28/05/2020

Destino

Unidade: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
Aos cuidados de: PEDRO EDINILSON SILVA PINTO

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHADO PARA ANÁLISE